

○ sudoeste paranaense antes da colonização *

ROBERTO LOBATO CORRÊA

○ Sudoeste paranaense constitui uma das novas regiões agrícolas do Paraná. Caracteriza-se por ser uma região “colonial”, isto é, povoada por agricultores gaúchos e catarinenses, descendentes de imigrantes italianos e alemães, que se dedicam à policultura em pequenas propriedades rurais. Essa característica, entretanto, é muito recente. A partir de 1940-1945, sobretudo entre 1950 e 1960, a região seria rápida e intensamente povoada pelos colonos, desaparecendo o título de “sertão” que até então lhe conferiam: em 1940 a densidade demográfica regional era de apenas 2 habitantes por quilômetro quadrado, quinze vezes menor que a estimada para 1967.

O longínquo e pouco conhecido sertão florestal do Sudoeste paranaense foi habitado, antes da vinda dos colonos, por uma população de origem luso-brasileira que se dedicava a algumas atividades extensivas. Pretende-se a seguir mostrar, ainda que ligeiramente, alguns traços dessa ocupação que precedeu à população atual.

1 — A População

Em 1900, segundo o Recenseamento daquele ano, a população do então vastíssimo município de Clevelândia, onde em grande parte se

* Este trabalho tem por finalidade contribuir para o conhecimento da geografia histórica do Sudoeste paranaense, não havendo nenhuma pretensão em se esgotar o assunto sobre uma região até então pouco conhecida. As informações aqui contidas estão apoiadas em uma escassa bibliografia, em dados estatísticos e cadastrais, mas, sobretudo em depoimentos prestados por pessoas que viveram na região. Por Sudoeste paranaense entendemos a região constituída pelos seguintes municípios: Ampère, Barracão, Capanema, Chopinzinho, Coronel Vivida, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Francisco Beltrão, Itapejara do Oeste, Mariópolis, Mar-meleiro, Pato Branco, Pérola do Oeste, Planalto, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Isabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge do Oeste, Verê e Vitorino. Sua superfície é de 11.622 quilômetros quadrados e sua população em 1967 foi estimada em cerca de 350 000 habitantes.

incluía o Sudeste paranaense, era pouco superior a 3 000 habitantes. Tratava-se, portanto, de um vazio demográfico, onde se destacava como área ocupada aquela da Colônia Militar do Chopim, no atual município de Chopinzinho, instalada apenas em 1882 (7:424). Até então o Sudoeste não tinha despertado o interesse de possíveis povoadores, em especial dos fazendeiros de gado da vizinha zona dos campos de Palmas: * a região era tida apenas como uma área fronteiriça que deveria ser guarnecida.

Mas a partir de 1900, aproximadamente, verifica-se uma penetração sobre as terras florestais do Sudoeste, penetração que nunca teve o “caráter de uma fronteira em marcha”, constituindo, porém, uma “sorradeira infiltração” (10:28) nas terras devolutas: em 1920 a população regional tinha ascendido para cêrca de 6 000 habitantes, que perfaziam densidade demográfica de 0,5 habitantes por quilômetro quadrado. Esses pioneiros anônimos eram de origem luso-brasileira, tendo sido genêricamente conhecidos como caboclos pela população de colonos que mais tarde ocupou a região.

Entre aquêles que penetraram no Sudoeste encontram-se pessoas provenientes da zona dos campos de Palmas, “sucessores de alguns fazendeiros, dantes abastados, que tiveram suas gerações desclassificadas social e econômicamente pela divisão do latifúndio. Esses descendentes embrenharam-se sertão a dentro com suas famílias. Instalaram-se em ranchos por êles construídos, no fundo de algum vale ou encosta de uma serra, em terra de dono ignorado ou do Estado”, comenta um historiador citado por Queiroz (10:64). Também dos campos de Palmas saíram agregados das “fazendas de criação que não suportavam o aumento da prole do agregado. Tais excedentes não tinham capacidade econômica para criarem novas unidades pastoris” (10:64), penetrando na mata e instalando-se em terras devolutas. Fazendeiros empobrecidos e agregados vieram também dos campos de Guarapuava (SLL), dos Campos Gerais de São Paulo (PPC) e do Rio Grande do Sul, em particular das zonas de campo e mata do planalto, de Soledade, Candelária, Passo Fundo e Palmeira das Missões (WAP, PPC).

Do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná vieram foragidos da Justiça (11:12), que encontraram naquele sertão excelente refúgio, transformando-o num “perfeito valhacouto de bandidos” (3:182). Outros que ali penetraram tinham sido expulsos das zonas onde se processava a colonização, e neste caso o melhor exemplo é fornecido pelo vale do rio do Peixe na década de 1910, quando a ferrovia que atravessava o vale colonizou as terras marginais aos trilhos, já ocupadas por uma população luso-brasileira (10). Muitas pessoas expulsas dessa zona penetraram no Sudoeste (AML, PPC).

* Esses fazendeiros sólidamente presos às áreas campestres, possuíam algumas fazendas na pequena área campestre conhecida como campo Erê, que no Sudoeste paranaense abrange parte dos atuais municípios de Renascença e Marmeleiro (1:326), uma ou outra fazenda em terras de mata que permaneceram subutilizadas e logo foram vendidas ou doadas a diversas pessoas (depoimentos PPC, LML).

Finalmente um outro tipo de ocupante da região era constituído não por luso-brasileiros, mas por argentinos e paraguaios que ali penetraram visando à extração da erva-mate. Localizavam-se sobretudo junto à fronteira argentina, onde chegaram a constituir, em 1920, cerca de 25% da população local, e 10% de toda a população regional (em 1940, com a diminuição da extração da erva-mate, essa população tinha diminuído absolutamente, representando menos de 1% da população regional).

Assim, o Sudoeste paranaense, desabitado anteriormente ao século XX, seria a partir de 1900 ocupado, ainda que escassamente, por uma população constituída majoritariamente por luso-brasileiros pobres e sem recursos que ali encontraram uma chance ou um refúgio para viver.

Mas êsse contingente demográfico via também na região uma oportunidade de começar vida nova. A região, que até fins do século passado não despertara nenhum interesse econômico, possuía-os agora, graças à extração da erva-mate e à criação de porcos.

A partir da segunda metade do século XIX as exportações brasileiras de erva-mate começaram a crescer, e o Paraná em breve passou a ser o principal Estado exportador. De uma exportação inferior a 5 000 toneladas em 1855, o Paraná em 1903-1904 passaria a exportar já cerca de 32 000 toneladas, e em 1923-1924 cerca de 60 000 toneladas, correspondendo a 75% das exportações brasileiras de mate (8:248-251). A valorização crescente desse produto florestal foi fator de penetração nas áreas de mata onde os ervais nativos formavam o sub-bosque (2:441), sendo até 1930, quando a extração da erva-mate entrou em colapso, um dos fatores, senão o principal, de atração para a população que penetrou no Sudoeste.

A crescente produção brasileira de banha nas primeiras décadas do século XX provocou enorme surto da criação de suínos no Paraná, surto êsse paralelo à expansão em direção às terras florestais não ocupadas como o Sudoeste. Essa crescente produção de banha relacionava-se à expansão do mercado consumidor que o comércio importador não poderia suprir em função dos preços elevados dos artigos importados, possibilitando o aparecimento de unidades fabris produtoras de “sucedâneos mais precários dos produtos importados”... (12:65). Dêsse modo em 1917 aparece o frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva, e em 1920 havia dois produtores de banha em Ponta Grossa: ao longo da ferrovia São Paulo—Rio Grande mais tarde apareciam outros frigoríficos como o Pagnoncelli em Joaçaba (1933) e o Saporiti em União da Vitória (1940). A criação de porcos, valorizada pela presença de frigoríficos mais que a extração de mate, foi o principal fator de atração que o Sudoeste paranaense contou para atrair essa população luso-brasileira, que para lá se deslocou procurando melhorar suas condições de vida.

A imigração dessa população se fazia através de um movimento no qual predominavam os homens sobre as mulheres; entretanto com

o decorrer do tempo a proporção de sexos se apresentará mais equilibrada devido ao predomínio da imigração familiar: em 1920 havia 118 homens para 100 mulheres (144 na faixa de 21 a 49 anos), enquanto em 1940 havia 106 homens para 100 mulheres, num total de 23 000 pessoas (é verdade que em torno da atual cidade de Pato Branco já havia numerosas famílias de colonos instaladas, fazendo com que houvesse um maior equilíbrio entre os sexos).

Essa população, conhecida como cabocla, progressivamente ocupou toda a região. Em 1920 a área ocupada por ela era relativamente pequena: através dos dados de um dos volumes do Recenseamento daquele ano, que além do nome dos proprietários, indica o local onde estavam situadas as propriedades, pode-se verificar que a área correspondente aos atuais municípios de Pato Branco e Vitorino eram as mais ocupadas, possuindo cerca de 70 propriedades, e seguramente numerosas "posses". Além dessa área, em torno da Colônia Chopim, e na fronteira, em áreas dos atuais municípios de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, localizavam-se as outras duas áreas onde a população mais se concentrava. Outras propriedades e "posses" em Mariópolis (LML), em Renascença e Marmeleiro (SLL) completavam o quadro da ocupação. Com o decorrer do tempo e incentivada pela criação de porcos, aquela população ocuparia área mais vasta.

Em 1936, segundo o Cadastro de Clevelândia, era ainda nas proximidades de Pato Branco que se encontrava o maior adensamento de população: a antiguidade da ocupação já tinha mesmo provocado a subdivisão de "posses" estabelecidas no começo do século, como é o caso do imóvel Santo Antônio de Pato Branco, situado a uma dezena de quilômetros de Pato Branco, subdividido em 43 estabelecimentos, dos quais 32 com área inferior a 50 hectares. Mas além dessa área a ocupação "cabocla" se fazia também nos atuais municípios de Mariópolis, Vitorino, Itapejara do Oeste, em Coronel Vivida, Chopinzinho, Renascença, Marmeleiro, Salgado Filho, e nos já citados municípios fronteiriços.

Pouco a pouco, na medida em que chegavam os primeiros colonos, os "caboclos" iam vendendo suas "posses" e penetrando para as áreas mais remotas, onde escolhiam um lugar isolado para criar porcos. De certa forma eles prepararam "o caminho para o afluxo de povoadores que para aí acorreriam" (2:242), pois as "posses" que vendiam já estavam desmatadas e queimadas, prontas para serem cultivadas pelos novos povoadores, tal como ocorreu em Vitorino (LT). Dêsse modo, a terra mudava de ocupante sem que houvesse choques entre elementos das duas sociedades diferentes: ao contrário de outras áreas, como o já citado vale do rio do Peixe, o Sudoeste paranaense teve o seu povoamento, com colonos, realizado espontânea ou semi-espontaneamente, tendo sido a apropriação da terra pelos novos ocupantes realizada sem choques.

Essa população luso-brasileira ocupou assim toda a região, de Pato Branco a Capanema e de Chopinzinho a Barracão, e a partir de 1950,

quando começou o grande afluxo de colonos para a região, ou fixaram-se definitivamente na região, ou então atravessaram o rio Iguaçu, indo instalar-se em terras dos atuais municípios de Catanduva, Campo Nôvo, Capitão Leônidas Marques ou mais além. A população luso-brasileira que atualmente vive na região ou é descendente daqueles pioneiros anônimos, ou ali se estabeleceu recentemente junto com os colonos, constituindo a minoria da população.

2 — As Atividades

As atividades de produção e a vida de relações dessa população luso-brasileira caracterizaram-se, numa primeira fase, por uma muito forte subordinação à economia ervateira; numa segunda fase a criação de porcos passou a ser atividade principal, e em torno dela girou a vida de relações. Outras atividades de menor importância também tiveram um relativo papel na vida econômica regional.

a) O extrativismo da erva-mate.

O extrativismo da erva-mate no Sudoeste paranaense iniciou-se seguramente em fins do século passado, pois em 1902 Martins (9:233) refere-se às relações comerciais da zona do campo Erê, “feitas com o território das missões argentinas, donde acodem os erbateiros para a colheita da erva-mate, abundantíssima naquela zona”, havendo em 1903 uma coletoria estadual no recém criado povoado de Dionísio Cerqueira, fronteiro à Argentina, núcleo original das atuais cidades catarinenses de mesmo nome, e Barracão no Paraná (6:93-96).

A erva-mate era colhida no inverno, de maio a outubro, por posseiros luso-brasileiros que com suas famílias penetravam nos ervais nativos, e pela mão-de-obra, onde incluíam-se argentinos e paraguaios, os “mensus”, contratada pelos ervateiros, como ocorria na zona fronteiriça. Como ocorria na zona ribeirinha ao rio Paraná, no Sudoeste, junto à fronteira, estavam estabelecidas algumas firmas argentinas compradoras de mate, que chegaram a possuir terras ricas em ervais, em território brasileiro, como é o caso da mais importante delas, a Pastoriga, que conseguiu reunir, já na década de 30, mais de 35 000 hectares.

A vida de relações comerciais caracterizava-se pela importância de sistema de troca com pequena circulação monetária, pela multiplicidade de transações e pela dependência a centros comerciais externos à região. Assim, após a colheita, o caboclo entregava as folhas de mate, “sapecadas” ao fogo, ao bodegueiro, alguns dos quais eram também ervateiros e este, depois de secar e “canchear” o mate, vendiam ou trocavam com as companhias argentinas localizadas na fronteira — Pastoriga em San Antônio e Nuñez Y Gibaja em Bernardo de Irigoyen foram as mais importantes — ou com firmas locais ou filiais de Curitiba localizadas em União da Vitória. Era comum também que houvesse um primeiro intermediário, o pequeno bodegueiro localizado no âmago

da região. Como não possuísse tropas de burros ou fôsse comercialmente fraco, vendia ou trocava com aquêles mais fortes localizados na fronteira, em Clevelândia e em Palmas. Da mesma forma os bens de consumo com que geralmente se pagavam o mate — açúcar, sal, tecidos, ferragens, bebidas, querosene, etc. — eram distribuídos pelas emprêsas argentinas e de União da Vitória, passando pela cadeia de intermediários constituída de luso-brasileiros (SLL, JM, JS, MSB).

Da fronteira as companhias argentinas enviavam o mate através de tropas de burros até as barrancas do rio Paraná—Puerto Rico, Puerto Segundo — de onde descia em embarcações para ser beneficiado e consumido em território argentino. De União da Vitória o mate ia para Curitiba em trem ou em vapôres pelo rio Iguaçu até Pôrto Amazonas, entroncamento da ferrovia com a navegação fluvial. Outra corrente encaminhava o mate pela ferrovia da União da Vitória à Argentina e ao Uruguai (CCJ, SLL, JM).

Tratava-se, pois, de atividades e vida de relações primitivas e pouco desenvolvidas, dependentes de centros externos até mesmo para alguns serviços de uso corrente, como ocorria na fronteira onde as crianças brasileiras freqüentavam as escolas argentinas (3:182).

A extração do mate iria ser praticamente encerrada por volta de 1930, quando a Argentina, principal compradora e consumidora do mate, passou a produzir em seu território o mate que necessitava (13). Atualmente essa atividade não só é praticada em pequena escala, como se restringe ao consumo regional.

b) A criação de porcos

A criação de porcos no Sudoeste paranaense é seguramente uma atividade tão antiga quanto a extração de mate. Durante o período ervateiro essa atividade, praticada nos meses de “entre-safra” do mate, visava o consumo local de banha e toucinho, como ocorria na zona fronteiriça (SLL), ou ainda à exportação, como ocorria nas proximidades de Chopinzinho, Vitorino, Marmeleiro e Pato Branco. Essa atividade deveria ser, depois da extração do mate, a atividade mais importante, pois já em 1920, segundo o Censo daquele ano, no então município de Clevelândia, o rebanho suíno atingia cêrca de 12 000 cabeças, e a lavoura de milho que fornecia parte da alimentação dos suínos, ocupava mais de 90% da pequena área total de lavouras. Com a decadência da extração de mate a criação de porcos passaria a ser a principal atividade regional.

A criação de porcos era realizada em sistemas os mais primitivos. De um lado dominava a criação de porcos soltos no mato — a criação do “porco alçado” — alimentados exclusivamente daquilo que a vegetação fornecia, sobretudo de frutos silvestres tombados ao chão, dos quais o pinhão era o mais alimentício. Neste sistema primitivo, onde o único trato que os suínos recebiam era o sal, os porcos eram criados

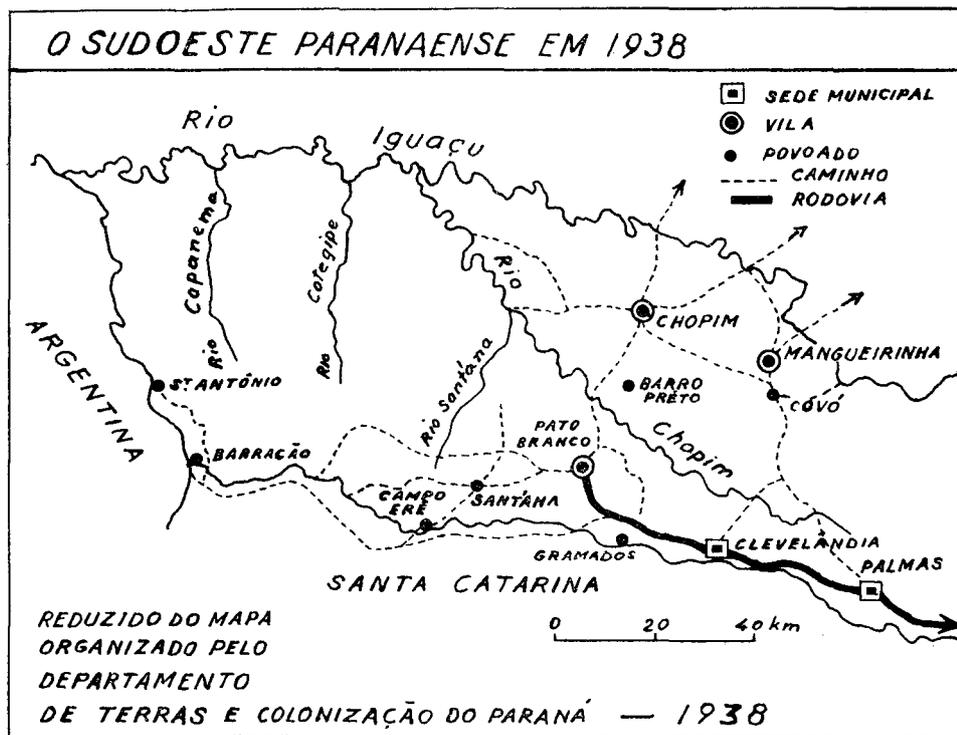
até atingirem algumas dezenas de quilos, quando então eram vendidos aos “safristas” que os engordavam, ou, atingido certo tamanho eram vendidos aos compradores localizados em União da Vitória (AM, OP).

O sistema da “safra” constituía a segunda etapa da criação de suínos. O “safrista”, com seus familiares ou com pessoal contratado, embrenhava-se na mata onde abria uma clareira com 10, 25, 50 ou mesmo mais de 100 hectares, aí plantando o milho a partir de agosto. Em meados do ano seguinte os porcos eram soltos no milharal sendo parcialmente engordados. Eram então tocados a pé até União da Vitória, Guapuva, Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva, onde eram negociados nos açougues, com comerciantes, ou com os compradores dos frigoríficos ou então vendidos a outros “safristas” que acabavam de os engordar (PV, ZC, JM, JD, JS). Assim, numa região longínqua e desprovida de transportes mecânicos, os “safristas” locais realizavam apenas uma meia engorda dos porcos, vendendo-os barato fora da região, ou então, numa outra opção os vendiam a alguns colonos que os transformavam em banha e derivados, que eram levados em carroça até União da Vitória (JC, JM).

Tudo indica que com o aparecimento do caminhão na região, por volta de 1940, os “safristas” locais passaram êles próprios a engordar totalmente os suínos, que eram então transportados a União da Vitória e mesmo a Joaçaba, em caminhões de comerciantes locais — alguns dos quais já eram descendentes de imigrantes — ou de fora, ou então fretados pelos frigoríficos Saporiti de União da Vitória (AR). Nesta cidade os suínos além de serem industrializados, eram embarcados na ferrovia para diversos frigoríficos.

Essa atividade, nos moldes em que era praticada, necessitava de amplas áreas — 1 cabeça para 5 hectares de mato no sistema de “porco alçado”, e 4 cabeças por hectare de milho no sistema de “safra” (AM) — não podendo coexistir com uma intensa ocupação do solo. Ela é, pois, uma atividade de áreas de muito baixa densidade demográfica, e à medida que o povoamento com colonos progredia, essa atividade afastava-se para áreas mais remotas. Assim, se nas proximidades de Pato Branco êsse sistema de criação desapareceu na década de 1940, em outras áreas, como em Santo Antônio do Sudoeste, Salto do Lontra, Ampère e Realeza, foi atividade importante durante a década de 1950. Tudo indica, no entanto, que foi nas proximidades de Pato Branco, área de ocupação cabocla mais antiga, que o sistema da “safra” teve maior expressão, não sendo de se estranhar que em 1949, quando lá estiveram O. VALVERDE (14) e W. A. EGLER (5), ambos tivessem encontrado áreas enormes cobertas por capoeiras e mata secundária.

Essa atividade primitiva, geradora de uma vida de relações modestas e em parte baseada na troca, atualmente, além de ser de pequena expressão, é praticada em áreas que não foram densamente ocupadas ou em áreas de difícil acesso, sem ter, porém, um caráter de atividade principal.



c) As outras atividades.

Além das culturas de subsistência praticadas em “roças” e da pesca, os “caboclos” viviam também de outras atividades. Destacava-se especialmente a caça de animais, abundantes na mata e nas “costas” dos rios — porcos do mato, veados, antas e onças — com a finalidade de obtenção de couros e peles. Essa atividade não teve a importância da criação de suínos, mas como esta, foi atividade que precedeu a ocupação da região por colonos, e a medida que esta se realizava, passava a ser praticada em áreas mais remotas, como ocorreu na parte ocidental da região, onde foi atividade de relativa importância na década de 1950. Como no caso da erva-mate e dos porcos, o comércio desses couros e peles foi em parte realizado com base na troca, passando também por uma cadeia de intermediários, no fim da qual podiam se situar alguns sequeiros (AJM, JAC).

Numa região onde a circulação foi durante muito tempo realizada em tropas de burros, à cavalo e em carroças, seguindo estreitas picadas abertas na mata, a criação de muare e cavalos foi outra atividade de certa importância nas áreas de ocupação mais antiga, como ocorreu em Vitorino, Santo Antônio do Sudoeste e Chopinzinho, onde era comum na década de 1920, a venda de muare aos compradores de fora, como de Guarapuava, que os revendiam às fazendas de café de São Paulo (ZC).

Finalmente havia ainda uma pequena criação de bovinos praticada em áreas de mata e campo, como ocorreu, por exemplo, na zona de campo Erê, em terras arrendadas aos fazendeiros (JJS).

3 — Balanço da Ocupação

É conveniente agora tentar dar um balanço da ocupação luso-brasileira no Sudoeste paranaense, e para isso deve-se considerar alguns aspectos sociais, a vida econômica em geral, e tentar verificar que contribuições essa ocupação legou aos atuais ocupantes da região.

Apesar dessa população ser iletrada e pobre, alguns “safristas” e bodegueiros prosperaram e adquiriram prestígio entre os novos ocupantes da região, de forma que depois de 1950, mais de um município teve um “caboclo” como Prefeito.

Do ponto de vista econômico o Sudoeste paranaense apresentava-se como uma região, cuja integração na economia do país era fraca, e os estímulos que dela recebia se traduziam em atividades tecnicamente primitivas, praticadas por uma população que não contava com vias de circulação modernas para escoar seus produtos, que eram apenas semi-elaborados. A vida de relações apresentava-se modesta — já em 1950 havia 4,1 pessoas trabalhando no comércio para cada 1 000 habitantes, enquanto para o conjunto do Paraná essa relação era de 10,8 pessoas por 1 000 habitantes — caracterizando-se pela importância da troca, com pequena circulação monetária, pela multiplicidade de transações, e pela dependência a centros comerciais localizados fora da região, sobretudo União da Vitória, que se encarregavam de encaminhar os produtos regionais ao mercado consumidor. Tratava-se, pois, de região com posição periférica às áreas mais integradas à economia do país. Bem expressiva dessa fraqueza econômica é o fato de que na década de 1940 a região passou a fazer parte do efêmero Território Federal do Iguaçu, e já em 1950, nenhuma sede municipal aí se localizava: Palmas e Clevelândia, cidades localizadas fora da região, dirigiam administrativamente o Sudoeste paranaense.

Se a devastação de certas áreas florestais pelo sistema agrícola primitivo representa um aspecto negativo da ocupação cabocla, no entanto, essa ocupação deu origem a pequenos povoados que se tornariam embriões de várias atuais cidades. Do período ervateiro são heranças os povoados de Barracão, em frente a Bernardo de Irigoyen, Santo Antônio do Sudoeste, em frente a San Antônio, e Pato Branco, que em 1924 já aparecia com o nome de Vila Nova (4), vivendo em grande parte como centro intermediário nas transações ligadas ao mate, a que se dedicavam seus primeiros bodegueiros (JS). A criação de porcos e a caça deram origem aos embriões de outras cidade como Dois Vizinhos (AJM) e Pérola do Oeste (HB), como também, juntamente com a extração de erva-mate, possibilitaram certo crescimento da sede da Colônia Militar do Chopim, a atual cidade de Chopinzinho. A vila de Pato Branco, beneficiada durante certo tempo pelo fato de ser o ponto

final da rodovia proveniente de União da Vitória, participou intensamente do comércio de porcos, couros e peles, tendo já em 1940 cêrca de 1 000 habitantes. Seus bodegueiros, “caboclos” descendentes de imigrantes, realizavam tanto transações com a população de tôda a região, como os bodegueiros das áreas mais remotas, assegurando ao antigo povoado de origem cabocla uma função regional que seria reforçada posteriormente com a colonização.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- 1 — BANDEIRA, J. J. J. — Notícia da descoberta do Campo de Palmas, na Comarca de Curitiba, Província de São Paulo, de sua povoação, e de alguns sucessos que ali tem tido lugar até o presente. Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, vol. 14, 1851, e transcrito na *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, tomo 1.º n.º 4, pp. 320-331, 1937, Curitiba.
- 2 — BERNARDES, N. — Expansão do Povoamento no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIV, n.º 4, pp. 427-456, 1953, Rio de Janeiro.
- 3 — COELHO JR., C. — *Pelas Selvas e Rios do Paraná*. Editôra Guaira — 189 pp. 1946. Curitiba.
- 4 — Crônica da Paróquia de Pato Branco. — A Fundação de Pato Branco. Extraído do *Jornal Oeste Paranaense*, 1951, s/local.
- 5 — EGLER, W. A. — Relatório da Excursão ao Sudoeste do Paraná em 1949, datilografado, arquivo da Seção Regional Sul, IBG, Rio de Janeiro.
- 6 — Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — Santa Catarina, volume XXXII — IBGE, 423 pp., 1959, Rio de Janeiro.
- 7 — MARTINS, R. — *História do Paraná*. Editôra Rumo Ltda. — 2.ª edição, 542 pp. 1939, São Paulo.
- 8 — MARTINS, R. — *Ilex-Mate — Chá Sul Americano*. Empresa Gráfica Paranaense, 302 pp., 1926, Curitiba.
- 9 — MARTINS, R. — Argumentos e Subsídios sôbre a Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina, 1902, Curitiba.
- 10 — QUEIROZ, M. V. — *Messianismo e Conflito Social*. A Guerra Sertaneja do Contestado, 1912/1916. Editôra Civilização Brasileira S.A., Série Retratos do Brasil, vol. 45, 353 pp., 1966, Rio de Janeiro.
- 11 — SOARES, J. O. P. — *Guerra em Sertões Brasileiros*, Papelaria Velho, 131 pp., 1931, Rio de Janeiro.
- 12 — SOARES MARTINS, J. — *A Empresa e o Empresário na Vida de Matarazzo*. Monografia n.º 2 do Instituto de Ciências Sociais da UFRJ, 110 pp., 1967, Rio de Janeiro.
- 13 — STERNBERG, H. O. — *O Mate. Roteiro de Estudo*. Série “Contribuição ao Ensino n.º 12”. Cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia, Mimeografado, 1957. Rio de Janeiro.
- 14 — VALVERDE, O. — Relatório da Excursão ao Sudoeste do Paraná em 1949, datilografado, arquivo da Seção Regional Sul, IBG, Rio de Janeiro.

Dados Estatísticos e Cadastrais

- 1 — Recenseamento de 1900
 - Relatório Apresentado ao Ministro da Viação, Indústria e Obras Públicas pelo Diretor Geral. Diretoria Geral de Estatística. Oficina da Estatística, Rio de Janeiro, 1902.
- 2 — Recenseamento de 1920
 - Relação dos Estabelecimentos Industriais Recenseados no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística vol. I, Typografia da Estatística, 1925 — Rio de Janeiro.
 - Recenseamento do Brasil, volume III, 2.ª parte. Agricultura. Typografia da Estatística, 1924 — Rio de Janeiro.

- Recenseamento do Brasil, volume III, 1.^a parte, Agricultura — Typografia da Estatística, 1924 — Rio de Janeiro.
 - Recenseamento do Brasil, volume IV, 2.^a parte, tomo II, População. Typografia da Estatística, 1928 — Rio de Janeiro.
 - Recenseamento do Brasil, volume IV, 1.^a parte. População. Typografia da Estatística, 1926.
 - Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais Recenseados no Estado do Paraná. Typografia da Estatística. Rio de Janeiro. 1928.
- 3 — Recenseamento de 1940
- Recenseamento Geral do Brasil — Censo Demográfico e Censos Econômicos. Paraná Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1951.
- 4 — Recenseamento de 1950
- Recenseamento Geral do Brasil — Censos Demográficos e Econômicos — Estado do Paraná, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1955.
- 5 — Estimativa da População do Brasil para 1967 — Laboratório de Estatística — IBGE — Rio de Janeiro.
- 6 — Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná. Cadastro Rural de Clevelândia, elaborado em 1936 pelo engenheiro F. Beltrão. Acompanham 8 cartas.

Mapas Consultados

- 1 — Paraná. Divisão Administrativa de 1853. Cópia de mapa existente no Departamento de Geografia, Terras e Colonização em Curitiba — Sem escala.
- 2 — Paraná. Divisão Administrativa de 1889. Cópia de mapa existente no Departamento de Geografia, Terras e Colonização em Curitiba — sem escala.
- 3 — Mapa do Estado do Paraná — Organizado pelo Engenheiros: militar Alberto Ferreira de Abreu; civil Candido Ferreira de Abreu; e geographo Manuel F. Ferreira Correia — 1908 — Escala. 1:700 000.
- 4 — Mapa do Estado do Paraná. Organizado pelo Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná. 1938. Escala 1:750 000.
- 5 — Mapa Fitogeográfico do Estado do Paraná — Serviço de Geologia e Petrografia do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, em Colaboração com o Instituto Nacional do Pinho. Organizado por Reinhard Maack. 1950 — Escala 1:750 000.

Depoimentos

- AM — Angelo Mezzomo — Descendente de italiano, é criador e comerciante de porcos. Entrevistado em Coronel Vivida em 9-3-1968.
- AML — Antônio Marcondes Loureiro — Fazendeiro em Palmas onde nasceu em 1899. Foi “safrista” em Mangueirinha. Entrevistado em Palmas em 11-7-1968.
- AR — Alípio Ribas — Co-proprietário do Frigorífico Saporiti de União da Vitória. Entrevistado em União da Vitória em 9-7-1968.
- AJM — Ary Jaime Müller — Gaúcho de origem alemã, morou no município de Pato Branco em 1948, transferindo-se para Dois Vizinhos no ano seguinte, onde foi um dos seus primeiros bodegueiros e um dos loteadores da cidade. Entrevistado em Dois Vizinhos em 30-7-1968.
- CCJ — Carlos Coelho Jr. Engenheiro e sertanista, chegou em Pato Branco em 1926, tendo trabalhado na colonização do município como auxiliar do engenheiro Beltrão, que organizou a colonização oficial na zona de Pato Branco. Entrevistado em Curitiba em 21-2-1968 e 16-7-1968.
- JJS — João José da Silva — Gaúcho de Soledade, chegou em Pato Branco em 1939, tendo sido a seguir “safrista” e criador de gado na zona do campo Erê. Atualmente é “safrista” em Mangueirinha. Entrevistado em 11-8-1968 em Mangueirinha.
- JM — Jorge Mussi — Comerciante em União da Vitória desde 1925, sendo seu pai comerciante desde 1897. Seu comércio era de compra de erva-mate e banha, sobretudo vendendo ainda bens de consumo. Manteve relações com o Sudeste paranaense. Entrevistado em 9-7-1968 em União da Vitória.
- JD — José Dalmolin — Gaúcho de origem italiana, chegou em Pato Branco em 1929, instalando-se como bodegueiro e “safrista”. Entrevistado em 7-2-1968 em Pato Branco.

- JS — José Soares — Gaúcho de Candelária, chegou em Pato Branco em 1924, onde foi um de seus primeiros bodegueiros, ligado ao comércio de mate. Foi também "safrista". Entrevistado em Pato Branco em 4-2-1968.
- JAC — Júlio Assis Cavalheiro — Gaúcho de Tupanciretã, onde seu pai tinha propriedade rural. Morou em Clevelândia de 1927 a 1945, quando foi tropeiro. Em 1946 mudou-se para Francisco Beltrão, onde foi um dos primeiros moradores do quadro urbano, que contribuiu para lotear. Foi "safrista" na área. Entrevistado em Enéas Marques em 28-7-1968.
- JC — Juvenal Cardoso — Natural de Clevelândia, onde seu pai era escrivão. Chegou em Pato Branco em 1932, tendo sido professor da escola primária local. Entrevistado em Pato Branco em 4-2-1968.
- LML — Lauro Martins Lara — Natural de Palmas onde seu pai era capataz de Fazenda. Morou na zona do campo Eré de 1930 a 1935, quando se instalou então num local situado entre Pato Branco e Mariópolis que hoje se chama Lara. Atualmente é comerciante em Mariópolis, onde foi entrevistado em 14-7-1968.
- LT — Leonardo Tostanowski — Polonês e agrimensor da colônia particular de Vitorino. Entrevistado em 19-7-1968 em Vitorino.
- MSB — Misael Siqueira Bello — Natural de Clevelândia onde nasceu em 1897. Descendente de fazendeiro, em 1920 instalou-se em Barracão como criador de porcos. Foi Prefeito do município, que tem um de seus distritos com seu nome. Entrevistado em Barracão em 17-8-1968.
- OP — Oswaldo Piazza — De origem italiana nasceu em Pato Branco, onde seu pai chegou em 1928. Entrevistado em Renascença em 21-7-1968.
- PV — Pedro Vieira — Gaúcho de Palmeira das Missões, chegou em Pato Branco em 1927, estabelecendo-se como comerciante de tecidos e posteriormente como comprador de porcos. Entrevistado em Pato Branco em 4-2-1968.
- PPC — Porcino Pinto de Camargo — Natural de Vitorino onde nasceu em 1889. Seus pais eram paulistas da zona dos Campos Gerais e nos anos 80 compraram parte da fazenda pertencente a fazendeiro de Palmas. Foi criador de porcos e colhia mate em sua propriedade (Fazenda Sant'Anna) em Vitorino. Entrevistado em Vitorino em 19-7-1968.
- SLL — Sebastião Loureiro de Lima — Nasceu em Guarapuava em 1900, onde seus pais tinham fazenda. Em 1926 foi para Santo Antônio como militar para guardar a fronteira, tornando-se posteriormente "safrista". Entrevistado em Santo Antônio do Sudoeste em 5-8-1968.
- ZC — Zacarias Camargo — Natural de Palmas onde seu pai era carpinteiro e seu avô agregado de fazenda. Em 1919 foi morar com a família em Chopinzinho, tornando-se "safrista". Foi Prefeito do Município. Entrevistado em Chopinzinho em 10-8-1968.
- WAP — Walter Alberto Pécoits. Gaúcho e médico em Francisco Beltrão, onde chegou no início da década de 1950. Entrevistado em Francisco Beltrão em 27-7-1968.